

Dívida Pública

Governadores cobram tratamento igual

Vitória — Governadores dos estados mais pobres exigem do governo federal as mesmas condições oferecidas a Minas Gerais e Rio Grande do Sul na renegociação de suas dívidas. Eles se sentem discriminados e querem refinan-

ciar os seus débitos com a União pelo prazo de 30 anos. Reunidos ontem em Vitória, sete governadores estaduais divulgaram documento no qual manifestaram profunda indignação pela insensibilidade demonstrada, nos últimos

meses, em sucessivas rodadas de negociação.

O encontro de ontem reuniu os governadores do Espírito Santo, Vitor Buaz (PT), de Alagoas, Divaldo Suruagy (PMDB), do Amazonas, Amazonino Mendes (PPB), de Pernambuco, Miguel Arraes (PSB), do Piauí, Francisco de Assis Souza, o *Mão Santa* (PMDB), do Rio Grande do Norte, Garibaldi Alves Filho (PMDB), e de Santa Catarina, Paulo Afonso Vieira (PMDB). Inicialmente estava prevista a presença de 13 governadores, mas seis deles não compareceram - o governador de Goiás, Maguito Vilela (PMDB) mandou representante.

FAVORECIMENTOS

O governador de Santa Catarina, em seu pronunciamento, acusou o presidente Fernando Henrique Cardoso de favorecer os amigos nas negociações das dívidas dos estados. Ele declarou não estar negociando com os chamados grandes estados e sim com os seus amigos, referindo-se aos entendimentos mantidos pela equipe econômico com os governos do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Ao cobrar mais atenção do governo federal aos estados de menor lastro financeiro, Paulo Afonso disse que os estados

mais ricos, sozinhos, devem o correspondente a 91,7% dos débitos dos demais Estados.

“O que está acontecendo é uma discriminação insuportável”, disse o governador do Amazonas. Para ele, o governo federal está ferindo de morte 18 Estados brasileiros ao não priorizar a busca de solução para suas dívidas. O governador do Rio Grande do Norte, Garibaldi Alves, disse que, até o momento, a União não ofereceu uma solução razoável para os estados com dívidas contratuais (a custo prazo). “Não há uma abertura maior nas negociações com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente”, queixou-se.

A reunião foi realizada no Hotel Porto do Sol, na Praia de Camburi. No final, os governadores divulgaram a Carta do Espírito Santo, com críticas ao governo federal e com as principais reivindicações dos Estados. Além do prazo de 30 anos no refinanciamento das dívidas com a União, os governadores querem uma moratória de três meses no pagamento dos serviços das dívidas, agilização na regulamentação do Proer dos Bancos Estaduais e reforços às linhas federais de financiamento para programas de privatização e de missão voluntária.